

29. RECOMENDAÇÃO DA CDU – MEDIDAS DE INCLUSÃO PARA O ANO LECTIVO: ATL, AAAF E CAF:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, recomendação apresentada pela **CDU**, que vai em anexo.



Recomendação

Medidas de inclusão para o ano lectivo: ATL, AAAF e CAF

No seguimento dos caminhos para criar programas inclusivos para as pausas lectivas, e tendo por base as várias necessidades levantadas pelo movimento Pais em Luta, que junta diversos pais e mães de crianças com necessidades específicas do concelho de Braga, importa tê-las em conta na preparação do novo ano lectivo.

A responsabilidade do município para com a qualidade de vida da população do concelho reveste-se de especial relevância quando diz respeito à garantia de igualdade de acesso e medidas de inclusão que garantam o seu bem-estar. A esta responsabilidade somam-se as competências em matéria de educação que o município de Braga já detinha, bem como as assumidas fruto da recente descentralização de competências.

Assim, a preparação do próximo ano lectivo afigura-se, compreensivelmente, num momento de ajustamento às novas responsabilidades e de respostas do município - dentro do diálogo e cooperação com as direcções dos agrupamentos de escolas e escola não agrupada do concelho - para garantir o seu melhor funcionamento possível.

É, pois, essencial que estas respostas tenham em conta as reais necessidades das famílias e possam, desde já, incorporar medidas que garantam uma real inclusão das crianças e jovens com necessidades específicas, em estreita colaboração com a escola inclusiva e aproveitando o acompanhamento dos meios humanos das escolas. As insuficiências fazem-se sentir nos períodos antes e depois das actividades lectivas, com falta de respostas ao nível das AAAF (Actividades de Animação e Apoio à família) nos JIs, das CAF (Componente de Apoio à Família) no 1ºciclo e, finalmente, nos ATL (Actividades de Tempos Livres) nas EB 2 e 3.

A capacitação de recursos nas AAAF e CAF do concelho, bem como em programas de ATL, permite uma integração inclusiva não só durante o funcionamento do ano lectivo, como nas actividades organizadas e realizadas durante as interrupções lectivas, tirando partido da integração e acompanhamento das crianças e jovens com necessidades específicas nas suas escolas e agrupamentos, aproveitando a sua

adaptação prévia (durante o ano lectivo), bem como as dos recursos humanos que os acompanham todos os dias.

De acordo com o exaustivo levantamento feito pelo Movimento Pais em Luta, estão inscritas nos diversos agrupamentos escolares e escola não agrupada do concelho **867** crianças e jovens com medidas de apoio à inclusão, ao abrigo do Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de Julho. Este decreto prevê uma abordagem multinível de medidas de apoio à inclusão de todas as crianças e jovens em idade escolar, sendo as medidas universais as mais básicas, prevendo adequações curriculares das quais podem e devem usufruir todos os alunos; medidas selectivas, que prevêm adaptações curriculares, embora não significativas, para alunos cuja Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão (EMAEI) considere necessárias e, finalmente, medidas adicionais, que se destinam a alunos que apresentam mais necessidades de apoio e contemplam adaptações curriculares significativas, que são definidas à medida de cada aluno no seu Programa Educativo Individual (PEI).

Dentre estas 867, **594 usufruem de medidas selectivas, 184 de medidas adicionais (89 não se conseguiu apurar que tipo de medidas especiais de inclusão usufruem nos devidos agrupamentos)** sendo que apenas 3 crianças (com medidas selectivas) não frequentam a escola por estarem em ensino domiciliário. O universo de crianças e jovens com necessidades específicas no concelho não pode usufruir de medidas de inclusão apenas para a os períodos lectivos ou só durante as actividades lectivas, tendo o direito, como todas as crianças e jovens, a usufruir de AAF, CAF e ATL à medida das suas necessidades e das suas famílias.

Hoje, estas actividades – embora da responsabilidade do município no caso das AAAF e CAF, delegadas noutras entidades – não contemplam respostas suficientes para estas crianças, deixando-as de fora e excluindo-as de um direito que deve ser de todas as crianças, e obrigando as famílias a alterarem ou abdicarem da sua vida profissional quando esta não é compatível com os horários antes e/ou depois das actividades lectivas.

Por este motivo, a CDU recomenda que a Câmara Municipal de Braga, assumindo as suas competências em matéria de educação e como promotora de inclusão no município:

- 1) Articule com todas as direcções dos agrupamentos de escola e escola não agrupada do concelho as reais necessidades de actividades de tempos livres, actividades de animação e apoio à família ou componente de apoio à família de todas as crianças inscritas;
- 2) Reúna com as Juntas de Freguesia, Associações de Pais, IPSS e outras entidades e instituições que tenham respostas ao nível das AAAF, CAF e ATL para articulação de medidas de apoio ao seu funcionamento, por forma a garantir a aceitação das inscrições de todas as crianças e famílias que precisem de usufruir destes programas;

- 3) Acompanhe o desenvolvimento destes programas durante o ano lectivo, por forma a garantir o seu funcionamento inclusivo.

Braga, 25 de Julho de 2022

**A Vereadora da CDU
Bárbara Barros**